

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 – Contratação de livreria ou distribuidor especializado para fornecimento e entrega de publicações nacionais e internacionais (disponíveis no mercado nacional) na área jurídica e outras áreas específicas de interesse (inclusive publicações avulsas e oficiais) para o ano de 2022, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

1.1.1 Código SIASG 19.666.

2 – DO FORNECIMENTO DO OBJETO

2.1 – Critérios a serem obedecidos:

a) Suprir as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná com o fornecimento de livros (nacionais e estrangeiros disponíveis no mercado nacional) na área jurídica e outras áreas específicas, de interesse de usuários da Biblioteca.

b) Atender à solicitação da Biblioteca, no prazo máximo de 30(trinta) dias úteis após o pedido para livros nacionais e estrangeiros, a editora deve informar, na proposta, o prazo necessário para efetivar a entrega;

c) Manter a Biblioteca atualizada quanto aos últimos lançamentos das principais editoras que publicam títulos, cujos assuntos sejam de interesse deste Órgão.

2.2 – As obras bibliográficas a serem adquiridas referem-se às seguintes áreas:

- a) Direito (todas as áreas, incluindo códigos, legislação e doutrina);
- b) Filosofia;
- c) Psicologia;
- d) Recursos Humanos;
- e) Qualidade/Sistemas;
- f) Informática;
- g) Contabilidade;
- h) Administração;
- i) Auditoria;
- j) Medicina/Odontologia/Enfermagem;
- k) Língua Portuguesa/Gramática/Redação;
- l) Dicionários Jurídicos;
- m) Dicionários Português e Língua Estrangeira;
- n) Licitações;
- o) Biblioteconomia/Arquivologia/Museologia;
- p) Ciência Política;
- q) Planejamento Estratégico e Gestão;
- r) Museologia;
- s) Outras áreas que venham a ser necessárias para o desenvolvimento e atualização de todo o trabalho deste Tribunal.

2.3 – Expectativa de aquisição:

2.3.1 – A expectativa de aquisição é de aproximadamente 130 (cento e trinta) livros.

3 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 – Da entrega:

3.1.1 – Do prazo: a contratada deverá atender às solicitações da Seção de Biblioteca do TRE no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para obras nacionais e internacionais disponíveis no mercado nacional.

3.1.2 – Local de entrega: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Seção de Biblioteca, Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba – PR, telefone (41) 3330-8537, período vespertino, das 13h às 18h.

3.1.3 - Os livros/publicações deverão ser entregues sem que isto implique acréscimos ou decréscimos nos percentuais constantes da proposta, os quais somente serão recebidos se estiverem de acordo com as especificações constantes no pedido e na Nota Fiscal.

3.2 – Todas as publicações, livros e periódicos fornecidos deverão ser novos e atender às Normas do Código de Defesa do Consumidor.

3.3 – A contratação terá vigência a partir da assinatura do contrato e vigorará até 31/12/2022, não podendo ser prorrogado devido à vinculação ao crédito orçamentário anual.

3.4 - Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies incidentes ao objeto deste contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

3.5 - A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4 – DO GESTOR DO CONTRATO

4.1 – O contrato será acompanhado e fiscalizado por gestor devidamente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93).

4.2 – Deverá informar à Contratada, bem como à Secretaria de Administração, quando houver interesse ou necessidade em se proceder à rescisão do contrato.

4.3 – Comunicar à Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento ora contratados.

4.4 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Administração devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

4.5 – Deverá observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como se são

mantidas todas as condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas.

4.5.1 - Fica assegurado ao gestor o direito de fiscalizar, sustar, recusar qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as exigências, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do contratante eximirá a contratada de suas responsabilidades provenientes do presente contrato.

5 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

5.1 – É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

5.2 – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoas sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

5.3 – As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;

5.4 – Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação;

5.5 – A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE;

5.6 – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

6 – DEMAIS DISPOSIÇÕES

6.1 - As licitantes deverão cotar seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de participar da licitação aqueles que não puderem atender às condições do Edital.

6.2 - Dúvidas acerca do objeto poderão ser sanadas junto à Coordenadoria Executiva - COEJE, com o servidor Carlos Alberto Barbosa Ferian, no período vespertino, pelo telefone (41) 3330-8530.

